



UNIÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO VALE DO JAVARI

“União Pela Autonomia dos Indígenas do Vale do Javari”

Carta Final da V Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Vale do Javari

Nós, povos Indígenas do Vale do Javari das etnias: Mayuruna, Matís, Kulina, Kanamary e Marúbo, através da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – **UNIVAJA**, organização filantrópica sem fins lucrativos e representação legítima dos Povos Indígenas do Vale do Javari, e suas organizações de bases: Associação Marúbo de São Sebastião – **AMAS**, Organização Geral dos Mayuruna – **OGM**, Associação Kanamary do Vale do Javari – **AKAVAJA**, Associação de Desenvolvidos Comunitário do Alto Rio Curuçá – **ASDEC**, Associação Mayuruna do Alto Jaquirana – **AMAJA**, Organização das Aldeias Marúbo do Rio Ituí – **OAMI**, Associação Indígena Matís – **AIMA**, Associação Indígena Kulina do Vale do Javari – **AIKUVAJA**, reunidos na aldeia Nova Esperança entre os dias 27 a 30/03/2017, na oportunidade da V Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Vale do Javari, vimos manifestar nossa preocupação em relação ao atual contexto político do Estado brasileiro, que vem fragilizando o órgão indigenista oficial de defesa dos povos indígenas, a FUNAI, com cortes orçamentários.

Há um ano, a Coordenação Regional da FUNAI no Vale do Javari (CRVJ), está sob gestão de coordenador interino, apesar dos inúmeros pedidos de nomeação de um novo coordenador titular por parte das organizações indígenas. No dia 04/02/2017, foi encaminhado mais um documento para o atual presidente da FUNAI com a indicação de nomes para a coordenação, mas até o momento não tivemos resposta.

Para nós, o governo do Michel Temer é declaradamente anti-indígena. Seu governo demonstra querer acabar com os direitos dos povos indígenas, favorecendo os ruralistas e as grandes empresas multinacionais. Isso foi comprovado com a nomeação do



UNIÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO VALE DO JAVARI

“União Pela Autonomia dos Indígenas do Vale do Javari”

Osmar Serraglio para Ministro da Justiça, relator da PEC-215. Esta PEC pretende tirar a responsabilidade do executivo pelos processos de demarcação das Terras Indígenas e colocá-la para o legislativo. Seu governo também extinguiu os DAS, fragilizando a atuação da FUNAI, atingindo principalmente as Coordenações Técnicas Locais (CTLs)

No Vale do Javari, as CTLs estão abandonadas, sem condições de continuarem executando ações junto as comunidades indígenas, o que favorece duras invasões das nossas áreas pelos fazendeiros e caçadores. Estas invasões vem ocorrendo principalmente na região do rio Juruá, atingindo a área de ocupação dos índios isolados. Não sabemos o que está acontecendo com esses povos, o que nos causa grande preocupação, pois eles estão correndo risco de serem acometidos com doenças, ocasionando uma grande depopulação e podendo até extingui-los. Os povos indígenas TYOHOM-DYAPÁ, do rio Jutai, povo de recente contato, está sofrendo todo tipo de descaso com a invasão dos fazendeiros e a exploração de regionais, que levam bebidas alcoólicas para trocar com carnes de caça.

As bases de fiscalização estão sem recursos humanos e financeiros para ação de fiscalização da área indígena. Na subida para este encontro (no rio Pardo), nos deparamos com apenas dois indígenas Marúbo na base de fiscalização da boca do rio Curuçá. Ficamos desesperados aos nos deparar com essa situação, pois consideramos que a base tem uma função estratégica de fiscalização já que localiza-se próximo a faixa de fronteira entre Brasil e Peru, onde as invasões são constantes e há também a atuação de traficantes.

Os desmatamentos que avançam do sul para dentro da nossa Terra Indígena, colocam mais um desafio aos nossos povos. Com as mudanças climáticas temos, também, problemas de ordem cultural, pois afeta nossa concepção de temporalidade. Nossa



UNIÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO VALE DO JAVARI

“União Pela Autonomia dos Indígenas do Vale do Javari”

floresta é uma das regiões mais ricas em biodiversidade e hidrografia do mundo, e precisa ser preservada.

O que mais nos preocupa no momento é a rediscussão da PEC-215, pelo poder legislativo. Já que esta PEC viola o nosso direito a terra, educação, saúde, e afeta a ocupação do nosso território, entre outros direitos conquistados ao longo da nossa história de luta.

Diante dessa fragilidade da política indigenista e com as sérias mudanças no país, pedimos as entidades governamentais e não governamentais que admiram a nossa causa, apoiar as nossas iniciativas. Pedimos os nossos aliados e parceiros nacionais e internacionais para nos ajudar em nossas mobilizações e divulgar o nosso sofrimento para as instâncias dos Direitos Humanos em nível nacional e internacional. Gostaríamos que nossa preocupação e sofrimento chegasse a Corte Interamericana de Direitos Humanos das Nações Unidas – ONU. Estamos sofrendo com o ataque aos nossos direitos pelo Estado brasileiro, e sentimos que estamos sem futuro, caso, a sociedade não tome providências.

Aldeia Nova Esperança, 30 de Março de 2017